

CRÔNICA: A LEITURA SENSÍVEL DO TEMPO

Sandra Jatahy Pesavento

Em belíssimo ensaio - "A vida ao rés-do-chão" -, Antônio Cândido¹ aprecia a crônica como um gênero literário tido como "menor", mais próximo dos indivíduos e familiar ao seu dia-a-dia. Sem maiores pretensões, a crônica faria dos acontecimentos "miúdos" do cotidiano o seu tema narrativo, mostrando ao leitor a beleza das coisas simples, agora reveladas numa grandeza e singularidade até então insuspeitadas.

Mas, apesar do seu posto modesto na escala dos gêneros literários, a crônica subsiste junto ao público em geral, afirmando-se como um texto leve, de fácil "digestão" para o leitor apressado. Da mesma forma, estudiosos da literatura e da história para ela têm se voltado, ora em busca dos seus valores intertextuais (quem desprezaria uma crônica de Machado de Assis ou de José de Alencar?), ora à procura de um "espírito da época".

Nossa proposta é colocá-la como um gênero de fronteira, "locus" privilegiado para os olhares cruzados da literatura e da história, nos domínios da nova história cultural.

Partindo do pressuposto de que esta postura implica buscar as *representações passadas na sua irreduzível especificidade*,² tomamos a crônica como objeto particularmente rico, não só para a reconstrução das sensibilidades próprias dos homens numa época dada, como, também, para exemplificação do cruzamento possível entre as leituras da história e da literatura.

Principiemos por constatações simples: a crônica é, sem dúvida, narrativa, e o cronista, segundo Walter Benjamin, é o narrador da história, que se reporta aos acontecimentos distantes no tempo e no espaço que não são reconstituíveis pela experiência.³ O pressuposto básico desta assertiva está na distinção entre a "passeidade" do real-acontecido (que não mais volta) e a narrativa do discurso histórico, que reinscreve no presente uma experiência temporal passada. Há, pois, a constatação de uma distância e uma operação imaginária de representação de fenômenos, atores e práticas não mais observáveis e que se inscrevem por fora

Sandra Jatahy Pesavento é professora no Departamento de História e do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

da experiência do vivido. Nestes termos, o historiador, tal como o escritor de ficção, “conta histórias”, ordenando os acontecimentos do passado e atribuindo-lhes um sentido. Estaríamos, assim, diante da concepção aristotélica da narrativa (articulação de um enredo de ações representadas), que valeria tanto para a história quanto para a literatura.

O ponto central para esta aproximação da literatura e da história enquanto narrativa, se situa na recriação do tempo.

Ora, esta reconfiguração do tempo tanto no caso do historiador como no do escritor de ficção é uma operação que reinscreve o tempo vivido sobre o tempo do mundo, criando algo que pretende ser o passado, mas que é, ao mesmo tempo, distinto dele.⁴ Este procedimento assume uma função de representação, ou seja, de presentificar ações, personagens e enredos distantes no tempo e no espaço. Da mesma forma, implica uma operação fictícia e imaginária de compor discursos e imagens que se colocam no lugar daquela passividade irrecuperável na sua integridade e que, ao mesmo tempo, fornecem uma coerência de sentido. Tal como a história, a literatura reinscreve um tempo acontecido “realmente” para a voz narrativa.

Retornemos à crônica e à sua posição diante deste patamar conceitual que aproxima, sem confundir, a história e a literatura. Ou seja, a crônica seria, enquanto discurso, representação, narrativa, ficcionalidade realizaria uma reconfiguração no tempo.

Começemos pelo já aludido conteúdo narrativo. O cronista é, e sempre foi, um contador de histórias, hábil no relato dos tempos e lugares, recompondo as tramas de personagens e acontecimentos, grandes e pequenos. Sem dúvida, é possível remontar a figura do cronista às imagens arquetípicas do marinheiro e do camponês que falam do longe e do espaço e no tempo,⁵ ou mesmo aos cronistas “testemunhas oculares da história”, que contavam tempos idos para os seus contemporâneos.

Neste sentido, o cronista existiu desde épocas mais recuadas. Mas visto de hoje, é possível talvez dizer que a crônica, tal qual hoje a conhecemos, é filha da modernidade, e o seu tempo é o tempo do “agora”.

Herdeira do folhetim, a crônica encontrou, no século XIX, seu veículo de difusão nos jornais, naquele momento em que a sociedade burguesa impunha ao mundo o ritmo do progresso e a busca incessante pelo novo. O desenvolvimento dos meios de comunicação e a velocidade com que a notícia imprimiam à vida urbana um padrão de consumo rápido das informações. Neste sentido se impõe a crônica, nascida da aceleração da vida e da fetichização do mundo, que faz da notícia uma mercadoria rapidamente descartável.

A leitura da crônica de jornal não é feita para durar e, assim como é consumida, pode, por sua vez, ser esquecida. Como é sabido, a crônica vem de “cronos” (tempo), e não há como deixar de fazer a associação metafórica do gênero com o terrível deus que devorava seus filhos para conservar seu poder. Numa inversão de significantes, o tempo implacável, com o seu cotidiano que se repõe cada dia, exige da crônica a captação do instante, do momento fugaz, da palavra dita, do gesto esboçado. Devorada pela velocidade do progresso, a crônica é, por sua vez, a forma de registro que não aspira a permanecer na memória, tal como as notícias de jornal, que, uma vez lidas, são comentadas, esquecidas ou delas se guarda uma vaga lembrança desta ou daquela idéia ou imagem. Mas, nesta leveza do ser, não tiraria a crônica a sua própria força, adequada ao gosto dos leitores, de quem estaria próxima?

Contudo, isto seria apreciar a crônica na sua contemporaneidade de feitura, carregando consigo o ritmo alucinante da vida moderna e a sua caracterização estigmática de leitura leve, de texto ligeiro, para divertir, informar ou fornecer a notícia e o comentário aos habitantes da urbe moderna. O ofício do historiador, contudo, nos faz olhar para as crônicas passadas como registros sensíveis de um tempo e nelas procurar realizar aquela ambição de captar o sentido das ações e das formas dos homens do passado perceberem a si próprios e ao mundo. Para o historiador do presente a crônica se oferece como um exercício imaginário para a apreensão das sensibilidades passadas.

Com isso chegamos ao âmago de uma questão que se encontra no centro da história cultural: a das relações entre o mundo do texto com o mundo do leitor, ou, em outras palavras, da relação que se estabelece entre a produção e a recepção de um texto.

Entendemos que, na sua feitura, a crônica contém um ingrediente que a aproxima do leitor, que é o uso de uma linguagem próxima da oral. Distante do discurso articulado da chamada “alta literatura”, sua linguagem leve e acessível a coloca perto da oralidade que caracterizaria as narrativas de origem mais remota.

Para Benjamin a expansão da imprensa, que marca a consolidação da sociedade burguesa, criou, através dos mecanismos divulgadores da notícia, uma forma de comunicação de origem mais antiga, próxima das narrativas orais que transmitiam a experiência vivida e que passavam de pessoa a pessoa.⁶ Identificando a crônica como a forma narrativa de veiculação preferencial da notícia, portadora de um comentário sobre a vida, estaríamos combinando as exigências de rapidez da comunicação da sociedade moderna com a tradição coloquial da oralidade, conhecida de

todos desde os tempos imemoriais. Não se quer dizer com isso que o texto da crônica seja literal, pois, como representação, a crônica não é o reflexo ou a imagem mimética de algo. Mas, sem dúvida, estar próxima da oralidade favorecia a sua aceitação e, sobretudo, a sua compreensão pelos contemporâneos.

Comentário da vida, leitura de um tempo, a crônica-representação comporta um significado, dotado de uma coerência, para a época na qual se insere. A função de significância do texto para o leitor aparece como o sintoma das complexas percepções que se estabelecem num momento e que permitem ao indivíduo compreender não só o sentido da história que faz, mas atribuir, por sua vez, um sentido ao mundo e à vida.

Narrador por excelência do cotidiano, o cronista tece fios, recupera redes, articula uma experiência. Ele compõe como que um itinerário pela vida diária, muitas vezes percorrido, mas que, a partir de sua narrativa, ganha uma luz especial. Como refere Roncari,⁷ a crônica revela ao leitor o que estava debaixo dos seus olhos, captando o que até então não era notado e que agora se torna objeto de reflexão e julgamento.

O seu tom marcante de ser “leitura do cotidiano” traz a crônica para o centro de uma das questões presentes no âmbito da nova história cultural, herdeira da história social: a crônica se situa próxima às formas de pensar e agir da “gente sem importância”, compondo um texto que humaniza e desce ao “rés-do-chão”.

O leitor deve “saber ler” a representação da vida que lhe é oferecida, entrar por dentro da “coerência” contida no texto e penetrar no sentido do comentário. Ele lhe é, pois, por assim dizer, familiar, recuperável na sua contemporaneidade pelo leque das combinações possíveis.

A rigor, esta coerência com o seu tempo é essencial para a história e a tarefa do historiador é tentar surpreender aquilo que faz sentido para os homens de uma época, mesmo que lhe pareça estranho na sua contemporaneidade.

De onde decorre que o historiador, ao debruçar-se sobre a “crônica-narrativa”, “representação da vida”, vai em busca também de um segundo nível de coerência, aquele dado pela possibilidade contemporânea de ler e reconstruir o que teve significado um dia.

Esta coerência de sentido, que permite que o texto de uma época possa ser lido em outra, é dada, segundo Benjamin,⁸ por aquela conjugação do passado com o presente ao qual ele dá o nome de “dialética da paralisação”: quando o presente se enxerga no passado, em momentos especiais, e se torna possível a leitura contemporânea da passividade. Si toma de uma cadeia de percepções, a crônica de uma época sofreria um

iluminação reveladora de sentido quando se estabelecesse uma relação de analogia temporal e de sentido. O “retrato da vida” de ontem não é o de hoje, mas possibilita-se uma modalidade imaginária de reconhecimento de sentido e de situações semelhantes, permitindo que o presente se veja no passado. Assim, o passado não se revela “um país distante”, mas próximo, sem, contudo, se confundir com o presente. A cotidianidade, os problemas, os valores e as sensações de uma época são percebidos como atuais a partir das preocupações do presente.

Insistamos, contudo, na produção da escritura, sobretudo na figura do cronista, espectador da vida. Ele lembra o “flâneur” de Benjamin,⁹ o olho que vagueia pelas ruas, captando as sensações. Não é exatamente o fato excepcional que o seduz, mas a banalidade do gesto, a situação corriqueira, o itinerário tantas vezes percorrido, os personagens e lugares familiares. Às vezes, “conversa fiada”, o cronista é capaz de fazer do “nada” um acontecimento ou da “falta de assunto” uma matéria.

Mas - insistamos mais uma vez -, como narrativa e, portanto, representação, seu discurso não é o relato puro e simples daquele que vê a vida passar. Antes de mais nada, porque mesmo este registro aparentemente descompromissado de um “flâneur” já é, em si, portador de uma atribuição de sentido. É o olhar que qualifica o mundo e, ao fazê-lo, já traz consigo processos de eleição, escolha, reconhecimento, exclusão e apreciação.

Leve, ligeira, simples, natural, a crônica é também reflexão, crítica e atribuição de valor. Traduz uma sensibilidade presente, alerta para a não observância de regras consensuais. Há nela um ângulo subjetivo de interpretação na tarefa de recriação do mundo. É justamente a admissão desta subjetividade na história e a constatação da presença do indivíduo na construção narrativa um dos pontos recuperados pela nova história cultural.

No caso da crônica, o escritor é alguém capaz de realizar uma operação metonímica¹⁰ no seu texto, fazendo do incidente miúdo a chave para a compreensão do mundo e da vida. Toma-se a parte pelo todo, indo do fato aparentemente isolado à compreensão da tessitura social. Tarefa que, certamente, recoloca a questão da ficção como um elemento que, antes de ser divisão, é elo de comunicação entre a literatura e a história.

A crônica é ficcionalidade que não se propõe explicitamente como literatura, sem que, contudo, aspire ser história. Zigzagueando, ela ora se apresenta como registro do que aconteceu - no passado próximo-quase-presente -, ora como reminiscência de algo distante no tempo, mas trazido à contemporaneidade pela memória, ora ainda envereda pelos ca-

minhos do devaneio, tecendo considerações sobre costumes, personagens e valores de sua época. Por vezes, é difícil surpreendê-la quando abandona a descrição ou relato de um incidente, familiar à experiência e próximo da cotidianidade de cada um, para “inventar” uma situação e personagens, que, porém, são verossímeis dentro do contexto da narrativa:

A crônica, pois, não se mede por critérios da veracidade, mas, sim de verossimilhança. O que é narrado “poderia ter acontecido”, e não se averigua se de fato aconteceu. Estabelecendo uma proximidade com o leitor, a crônica lida com coisas que lhe são familiares, coerentes e significativas e sobre as quais, naquela época, se constroem representações portadoras de sentidos.

Esta tarefa de comentário ou registro da vida é, sem dúvida, ficcional, no sentido já aludido de que importa em opções, seleções e endoss de valores. O cronista estabelece versões para os fatos de seu tempo e dos tempos passados e, ao fazê-lo, recria o real, oferecendo ao leitor uma representação.

Ousaríamos dizer que a crônica é uma narrativa por excelência apropriada para o estudo do imaginário de uma época, entendendo nesta designação não só o sistema de idéias e imagens que toda comunidade constrói para si, mas, também, um conjunto de significados de que esta representação coletiva é portadora.

Ora, numa certa medida, poderíamos colocar o cronista - escritor da crônica, produtor do texto - como um indivíduo especial, dotado de uma sensibilidade fina, capaz de captar sensações e sentimentos, alguém que de um caco de vida descortina um mundo e até filosofa sobre ele. Se a tarefa de escrever exige uma competência específica, o cronista, bem dotado e/ou habilitado para tal, pertenceria a uma espécie de elite cultural. Todavia, a crônica, pela sua temática “ao rés-do-chão”, pelo seu tom coloquial, pela sua proximidade com o cotidiano da vida, se revelaria mais íntima daquilo que vulgarmente se chama de cultura popular.

Descartamos, desde já, a ultrapassada visão que opõe, em relação polarizada, a cultura popular da cultura erudita. Não será demais invocar Bakhtine¹¹ ou Ginzburg¹² para lembrar as interpretações e inter-relações que se dão entre representações e práticas das instâncias culturais ditas “populares” e “cultas”. Nada mais falso em história do que buscar a pureza de uma cultura popular, não conspurcada pelos valores da elite, ou mesmo encontrar, em algum lugar, a “voz do povo”, livre de qualquer injunção constrangedora da dominação.

Neste sentido, concordamos com Chartier quando diz: *Saber se é preciso chamar popular aquilo que é criado pelo povo ou bem aquilo*

que lhe é destinado é, pois, um falso problema. Importa antes de tudo a identificação da maneira pela qual, nas práticas, nas representações ou nas produções, se cruzam e se imbricam diferentes figuras culturais.¹³

A crônica é, a nosso ver, exemplar para que se apreciem os múltiplos cruzamentos entre o autor/produtor e o público/consumidor.

É claro que a produção de um texto traz consigo a marca do seu tempo, e com isso queremos dizer que não são só as sensibilidades da época que se colocam no social, mas, também, as injunções advindas das lutas de poder e das intenções deliberadas, explícitas ou não. Neste sentido, a crônica é formadora de opinião, e sua veiculação preferencial pelos jornais pode assumir a feição da notícia inculcada, “plantada”, que deve fornecer idéias e imagens produtoras de determinados comportamentos e reações.

Mas, na relação produção/consumo de um texto, não se sustenta a idéia de um leitor passivo, que tudo “digere”, diante da inevitabilidade do maquiavelismo ideológico do autor. Há uma interferência e uma relação de influência recíproca entre criação/invenção do texto e os seus leitores.

A principiar por uma questão simples de mercado: o que sustenta e mantém nos jornais um cronista? De onde advêm o seu sucesso e aceitação? Por que estas temáticas são recorrentes, e algumas notícias, com seus respectivos comentários, se repetem *ad infinitum*? Há, certamente, que considerar nesta recepção da crônica o gosto do leitor. A notícia “vende”, se adequada às preferências do público, e para isso o cronista deve apresentar o *feeling* necessário. Captar o que agrada ou perturba, o que é amado ou detestado pelo público, é fator decisivo que se justapõe à concisão da notícia e à clareza de estilo. A crônica, leitura de “espera” do mundo moderno, deve fornecer ao leitor aquilo que ele aguarda encontrar no jornal: na viagem de bonde ou esperando a condução, antes do jantar ou na sala de espera de um consultório, a informação que chega rápida e direta, ao agrado do consumidor.

Assim, entendemos que o gosto do leitor está relacionado com a própria orientação da escrita do cronista. Mais do que isso, podemos dizer que o texto não é só produto do escritor, mas, também, produção da leitura. Ou, em outras palavras, o leitor cria um texto próprio, na prática de ler, o que o distancia bastante da posição de consumidor passivo. Trata-se, pois, de um consumo que se converte em produção, manifestando-se por vezes uma defasagem entre as intenções do autor do texto ao escrevê-lo e as representações que o leitor elabora no momento da leitura.

Retornando a Chartier, concordamos mais uma vez: *Ler, olhar ou*

escutar são, com efeito, tanto atividades intelectuais que, longe de meter o consumidor à toda-poderosa mensagem ideológica e /ou esta ca que se propõe modelá-lo, autorizam de fato reapropriação, afastamento, desconfiança ou resistência.¹⁴

Logo, a presença da imaginação criadora, produtora de sentido, faz presente tanto no artífice do texto - o cronista autor - quanto nos leitores.

Portanto, ao historiador que se debruça sobre as crônicas em busca das vozes e sensibilidades que chegam do passado, falando de um ou outro tempo, há que ter em conta esta presença da imaginação criadora tanto na produção quanto na leitura do texto, e é na perseguição destes cruzamentos, partilhas, identificações e contradições que se encontra o seu maior desafio.

Retornamos assim ao âmago da questão que mobiliza atualmente os historiadores da cultura: decifrar o real através de suas representações. Neste sentido, a crônica se oferece como um campo preferencial de análise para recuperar formas passadas de representação da realidade que traduzem a sensibilidade de uma época.

Porque é representação da vida e, como tal, recriação da realidade porque é discurso sobre um real acontecido; porque reinscreve um tempo passado, próximo ou distante no tempo do leitor, criando uma temporalidade possível pelo imaginário, a crônica é ficção que se faz história e faz a história comparecer como ficção literária.

NOTAS

1. Cândido, Antônio. A vida ao rés-do-chão. In: Cândido, Antônio et alii. *A crônica, gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa Ruy Barbosa, 1992.
2. Chartier, Roger. Histoire intellectuelle et histoire des mentalités. Trajectoires et questions. In: Chartier, Roger et alii. *La Sensibilité dans l'histoire*. Paris: Gérard Mouton, 1987. p.14.
3. Benjamin, Walter. O narrador. In: Benjamin, Walter. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.209.
4. Ricoeur, Paul. *Temps et récit*. Paris: Seuil, 1985. (Points, III)
5. Benjamin, *O narrador*.
6. Benjamin, *O narrador*, p.202.
7. Roncari, Luís. A estampa rotativa na crônica literária. *Boletim Bibliográfico*. São Paulo, Biblioteca Mário de Andrade, v.46, jan.-dez. 1985. p.15.
8. Benjamin, Walter. Paris, capital du XIXème siècle. *Le Livre des passages*. Paris: PUF, 1989.
9. Ibidem.

10. Roncari, op.cit., p.15-6.
11. Bakhtine, Mikhaïl. *L'oeuvre de François Rabelais*. Paris: Gallimard, 1970.
12. Ginzburg, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
13. Chartier, op.cit., p.28.
14. Chartier, op.cit., p.31.